



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

CARTA DE REIVINDICAÇÕES PRIORITÁRIAS E AÇÕES PARA A SUA CONCRETIZAÇÃO (Plano de Ação para 2019)

[...]

A presente Carta de Reivindicações Prioritárias estabelece os seguintes objetivos:

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, ENSINO BÁSICO E ENSINO SECUNDÁRIO

- Recuperar na totalidade os 9 anos, 4 meses e 2 dias que estiveram congelados, podendo, por opção do professor, este tempo relevar para a despenalização do acesso a aposentação antecipada;
- Agir política e judicialmente contra todo o tipo de “ultrapassagens” na carreira, resultem elas do indispensável processo de reposicionamento ou da justa contagem integral do tempo de serviço já conseguido nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores;
- Resistir a qualquer tentativa de eliminar a carreira docente e consequente integração dos professores na tabela remuneratória única (regime geral), o que constituiria um retrocesso de três décadas;
- Negociar um regime específico de aposentação dos professores, que reconheça a possibilidade de aposentação sem penalização de idade, aos 36 anos de serviço, sem prejuízo de, no imediato, ser despenalizado o acesso à aposentação antecipada para todos os que optem por essa via na recuperação dos 9 anos, 4 meses e 2 dias que estiveram congelados;
- Defender as 35 horas de trabalho semanal através de um escrupuloso respeito pelas normas de organização do horário docente, rejeitando reuniões e outras obrigações impostas à margem do mesmo, eliminando tarefas burocráticas e exigindo que toda a atividade a desenvolver com alunos integre a componente letiva e se desenvolva exclusivamente durante os períodos letivos;
- Continuar o combate à precariedade e outras formas de instabilidade profissional, com a realização de um concurso extraordinário de vinculação, em 2019, e a eliminação das injustiças e distorções que decorrem do atual regime de concursos;
- Exigir que a avaliação de desempenho docente se realize com base nos princípios da clareza e transparência, da dignificação e valorização docente, eliminando toda e qualquer

forma de injustiça decorrente de um sistema consubstanciado nos princípios de uma alegada meritocracia;

- Acompanhar, na Educação Pré-Escolar, a implementação da universalidade de frequência para as crianças de 3 e 4 anos e exigir que a mesma seja concretizada através da rede pública de estabelecimentos, reunindo, nesse sentido, com as direções de agrupamentos, autarquias, grupos parlamentares e Ministério da Educação, entre outros responsáveis institucionais;

- Garantir que as atividades de enriquecimento curricular têm os recursos humanos indispensáveis à sua concretização e que são regularizadas todas as situações contratuais dos docentes que exerçam atividade nas AEC;

- Combater o processo de municipalização da educação, quer no plano político geral, quer nas escolas, desde logo nas que se situem em municípios que decidam avançar já em 2019;

- Continuar a pugnar por uma gestão democrática das escolas;

- Com o objetivo de repor a dimensão pedagógica e o carácter deliberativo da constituição e funcionamento dos conselhos de turma, exigir a revogação do ponto 5 - art.º 35 da Portaria 223-A/2018, de 3 de agosto e do ponto 3 - art.º 34 da Portaria 226-A/2018, de 7 de agosto;

- Continuar a exigir a resolução de problemas que afetam grupos de professores (criação dos grupos de recrutamento de teatro e intervenção precoce, nível 2, educadores de infância a exercer funções em contexto de creche, período probatório, mobilidade por doença, profissionalização, entre outros), relativamente aos quais o Ministério da Educação vem manifestando uma completa indiferença;

- Continuar a acompanhar a implementação da designada autonomia e flexibilidade curricular na organização das escolas/agrupamentos e a combater todos os efeitos negativos no trabalho dos docentes e na organização dos seus horários, bem como a subversão dos princípios consagrados na Constituição da República e na Lei de Bases do Sistema Educativo, designadamente quanto à igualdade de oportunidades no acesso ao currículo e de sucesso escolar;

- Exigir que as escolas tenham condições para se organizar num quadro de efetiva inclusão, o que passa por pôr fim à confusão reinante, fruto do lançamento tardio de um novo regime e da falta de esclarecimentos e condições, desde logo recursos, para a sua implementação;

- Defesa intransigente dos direitos sindicais, desde logo o direito à greve.

ENSINO SUPERIOR E CIÊNCIA

- Combate à precariedade através do PREVPAP, que não pode continuar a ser um programa de “faz de conta”;

- Resolução, de uma vez por todas, do problema da falta de legislação para regularizar a situação de precariedade dos leitores das universidades portuguesas;

- Regularização dos horários de trabalho como forma de pôr fim aos abusos e à exploração a que muitos docentes estão sujeitos, com particular ênfase na situação dos professores convidados;

- Descongelamento adequado da carreira docente, relevando, para efeitos de alteração de posição remuneratória, os resultados das avaliações realizadas;

- Abertura de concursos para lugares de carreira que permitam a consolidação, bem como a renovação, dos corpos docentes e investigadores das instituições de ensino superior e dos

centros e unidades de investigação, de acordo com as suas verdadeiras necessidades permanentes, dando cumprimento às disposições do ECDU e do ECPDESP;

- Combate à desregulação laboral nas Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (IPFSL) que funcionam no perímetro das universidades e politécnicos públicos e exigir o fim das relações promiscuas estabelecidas entre IPFSL e instituições de ensino superior públicas, as quais recorrem às IPFSL para, contornando os estatutos das carreiras e as regras orçamentais públicas, contratar, de forma precária, os docentes e investigadores necessários para suprir as suas necessidades de docência e investigação;

- Combate ao regime fundacional, apoiando a resistência à conversão ao regime e a reversão do processo onde este já teve lugar.

ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO

- Aprovação de um Contrato Coletivo de Trabalho que garanta condições de trabalho e de carreira, aos docentes do EPC/EP/EAE, semelhantes às dos seus colegas do ensino público;

- Negociar acordos de empresa enquanto não for aprovado o CCT digno e valorizador que a FENPROF defende;

- Reivindicar um modelo de financiamento público adequado às exigências do ensino profissional e do artístico especializado.

DOCENTES APOSENTADOS

- Concretizar as exigências dos docentes aposentados, destinadas a garantir um envelhecimento com saúde e com direitos;

- Garantir o aumento do valor de todas as pensões;

- Exigir que o SNS responda adequadamente às situações inerentes ao envelhecimento;

- Melhorar substancialmente os apoios sociais, nomeadamente os destinados a combater situações de isolamento e dependência.